

A América não tem dono



» PHILLIPPE RUBINI
Membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável da Presidência da República

mesmo país que assume o papel de “guardião da ordem global” adota uma política externa baseada em interesses ideológicos e econômicos próprios. O critério agora é claro: quem pensa como Trump é amigo; quem deseja ser independente será punido.

O mais intrigante é como tantos países — inclusive, os mais ricos — aceitam tamanha humilhação diplomática. Por que não se impõem? Por que aceitam os blefes de um jogador que já demonstrou desprezo pelas regras multilaterais e pelos tratados históricos que construíram o comércio e a diplomacia moderna e que aposta tudo na lei do mais forte?

Como observou o diplomata e escritor Marcos TROYJO, estamos vivendo tempos de trumfulência. E o termo é perfeito. Negócios gigantes estão sendo abandonados em nome de alianças voláteis e populistas.

A ironia é que esse mesmo modelo autoritário que os Estados Unidos criticam em países vizinhos agora mira o Brasil, condenando ações internas de nossas instituições, como se houvesse um monopólio moral sobre o que é democracia ou abuso de poder. É fato: nosso Judiciário tem, sim, ultrapassado limites, inclusive, constitucionais, muitas vezes tomando decisões monocráticas, questionáveis, afetando empresas estrangeiras — um comportamento que já extrapolou as fronteiras do aceitável. Não há consenso sequer dentro da própria estrutura judiciária sobre esses desmandos, demonstrando o tamanho da confusão.

Mas a correção de rumo deve vir de dentro. É responsabilidade nossa, como nação soberana, enfrentar os excessos institucionais com coragem e legalidade. Não cabe a outros países, por

mais poderosos que se considerem, nos impor sanções ou interferências seletivas sob o pretexto de defender a democracia, quando, na prática, o que vemos é a instrumentalização política de princípios universais.

Algumas características do Brasil são esquecidas ou, até mesmo, ignoradas. Mais de 1,5 bilhão de pessoas são alimentadas, direta ou indiretamente, pelas exportações agrícolas brasileiras; o país detém 98% das reservas conhecidas de nióbio no mundo — mineral essencial para ligas metálicas de alta tecnologia; nossa matriz energética é mais de 85% renovável, uma das mais limpas e sustentáveis do planeta; somos a quarta maior democracia do mundo, com um mercado consumidor de 215 milhões de habitantes e papel central nas discussões sobre clima, segurança alimentar e transição energética; somos uma terra abençoada, capaz de combater o maior flagelo da humanidade: a fome.

Enquanto isso, países que se alinham ideologicamente com os EUA são privilegiados — mesmo que não respeitem princípios básicos de liberdade ou direitos humanos. Isso revela a hipocrisia de um autoritarismo que condena outros autoritarismos de acordo com a sua conveniência.

O Brasil é protagonista global, e não coadjuvante. Não devemos aceitar rótulos impostos por quem teme nosso potencial. Devemos sentar à mesa, participar das decisões, liderar pela diplomacia e pelo exemplo. Porque, no final, todos — inclusive, os grandes jogadores — querem o mesmo: prosperidade, dignidade e paz.

O futuro da humanidade passa pelo Brasil e seus recursos naturais. E nunca é demais lembrar que a América é grande demais para ter um só dono.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Crise estrutural da saúde pública

Fenômeno mais grave manifesta-se na ponta do sistema de saúde, e não é só o sucateamento de unidades ou a superlotação crônica de hospitais e postos de atendimento. A deterioração do vínculo humano entre profissionais de saúde e pacientes é um grande problema. Nesse estágio, quando o cidadão, finalmente, obtém atendimento, a relação, que deveria pautar-se pela escuta e pelo cuidado transforma-se, muitas vezes, em distanciamento e impessoalidade. Alunos não são preparados para esse contato. A notícia de uma doença séria é dada pelo profissional de uma forma banal e sem empatia.

Em outra perspectiva, casos de tensão e violência verbal e, por vezes, física, multiplicam-se nas áreas de espera dos serviços públicos. Aglomerações, filas extensas e sensação de abandono desencadeiam hostilidade, invasões de consultórios e conflitos que se tornam rotina. Transferir a culpa exclusivamente para médicos e atendentes é um equívoco. Tal simplificação não apenas obscurece as causas profundas do problema como agrava a desmotivação e o desgaste desses profissionais, comprometendo ainda mais a qualidade do serviço.

Recursos federais destinados à saúde, embora elevados, mostram-se insuficientes frente à demanda. A Lei Orçamentária Anual de 2025 prevê R\$ 245 bilhões para o setor, segundo a Agência Senado — valor significativo, mas inadequado para atender população superior a 203 milhões de habitantes. A insuficiência não se resume à quantidade; a qualidade da gestão também é crítica. Alocação deficiente de recursos, ausência de planejamento de longo prazo e escolha de dirigentes sem critérios técnicos reduzem a capacidade do sistema de responder eficientemente às necessidades da sociedade.

Outros setores essenciais recebem o reflexo do desempenho da saúde pública, como educação e segurança. Prioridade estratégica ausente e condução condicionada a interesses imediatistas e conveniências administrativas produzem serviços precários e corroem a confiança da população no Estado. Má gestão combinada com mau uso das verbas são o principal fator corrosivo que se propaga do topo às instâncias mais elementares do atendimento. Profissionais de linha de frente, sobrecarregados, enfrentam pressões constantes e tornam-se alvo direto da insatisfação popular. Consequência inevitável é o cidadão frustrado em seu direito constitucional a serviço público digno.

Desumanização não surge só do contato individual entre servidor e usuário, emerge da negligência institucional sistemática. Distanciamento das instâncias decisórias em relação à realidade concreta da população alimenta impessoalidade. Superar esse quadro exige um compromisso político autêntico com gestão eficiente e transparente dos recursos, aliado a investimentos proporcionais à complexidade do sistema. Reverter o endurecimento das relações requer políticas públicas que resgatem o caráter humano do atendimento, incluindo capacitação contínua de equipes, melhoria das condições de trabalho, redução da sobrecarga operacional e valorização profissional, baseada em mérito e competência técnica. Sem tais medidas, a saúde pública permanecerá presa no ciclo de ineficiência e desgaste social. Um exemplo de que é possível trabalhar com verba pública e oferecer qualidade ao contribuinte: a Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação, que é uma instituição pública federal, vinculada à Fundação das Pioneiras Sociais, é mantida com recursos do governo federal.

Em 2023, a dotação orçamentária final da Rede Sarah foi de R\$ 1,053 trilhão, conforme o Relatório de Gestão do mesmo ano. A Rede Sarah é referência nacional em reabilitação, com unidades em diversas capitais brasileiras, incluindo Brasília, Salvador, São Luís, Belo Horizonte, Fortaleza, Belém, Rio de Janeiro e Macapá. Em 2023, a instituição atendeu pacientes provenientes de 4.889 municípios, representando 88% do total de 5.570 municípios brasileiros. Embora o número exato de pacientes atendidos em 2023 não esteja especificado nos documentos disponíveis, a ampla cobertura geográfica e a especialização da Rede Sarah indicam um volume significativo de atendimentos realizados ao longo do ano.

Compreensão da realidade dessa rede hospitalar reconhecida internacionalmente deve permear debate público, porque somente com profunda análise é possível que se alcance as origens da crise da saúde pública no país.

Estatísticas internacionais revelam disparidade preocupante: enquanto o Brasil investe cerca de US\$ 1.200 por capita em saúde, comparado a US\$ 5.500 em países de renda alta, está clara a necessidade urgente de gestão mais eficiente e foco em resultados concretos. Pesquisa do IBGE de 2022 indica que 47% da população ainda enfrenta filas superiores a duas horas para atendimento ambulatorial, o que reforça a necessidade de implantação de políticas estruturais.

» A frase que foi pronunciada

“Nesses tempos em que as utopias se esgotam por falta de rumos, valores e referenciais, a sociedade se canibaliza”

Aloysio Campos da Paz

» História de Brasília

Adiado, novamente, o julgamento de João Peles. O advogado auxiliar da acusação teima em dizer que está ameaçado nada, e já está ficando sem graça, porque não acontece nada. (Publicada em 8/5/1962)

Bets: a bomba-relógio da economia e da saúde brasileira



» FRANCISCO BALESTRIN
Presidente da Federação e do Sindicato dos Hospitais, Clínicas, Laboratórios e Estabelecimentos de Saúde de SP (FESAÚDE e SindHosp)

apostas, sendo a maioria formada por homens entre 16 e 39 anos. Infelizmente, muitos têm retirado recursos da família e direcionado para as apostas on-line, como mostra levantamento DataFolha/FGV realizado em 2.600 domicílios. Nele, 29% dos entrevistados assumiram que gastam parte do dinheiro destinado a lazer e alimentação com as bets. Estimativa do BC lança ainda mais luz sobre o problema, ao prever que 20% da massa salarial nacional passa por casas de aposta ao menos uma vez por ano. São recursos que estão sendo retirados dos setores econômicos produtivos e direcionados para os jogos.

A necessidade incontrolável de jogar é uma patologia reconhecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como ludopatia e classificada como um transtorno do controle dos impulsos ou transtorno relacionado ao uso de substâncias e comportamentos dependentes e compulsivos. A ludopatia utiliza os mesmos mecanismos neuropsicológicos da dependência química, pois ativa a liberação de dopamina, o neurotransmissor do prazer. O resultado é a sensação de euforia, de autoconfiança. Esse estado incentiva a repetição e faz com que o cidadão que sofre de dependência recorra com cada vez mais frequência às apostas, para obter o mesmo prazer que tinha inicialmente. Com as drogas ilícitas, esse comportamento leva à overdose; nos jogos, leva ao endividamento, a problemas sociais e familiares, estresse, insônia, ansiedade, depressão, a pensamentos suicidas e ao aumento de doenças como arritmias, infarto e acidente vascular cerebral (AVC).

O fato é que a Lei 14.790/23, conhecida como a Lei das Bets, definiu regras, tributou empresas e apostadores, mas não previu os impactos dos jogos on-line na sociedade. Agora, o Brasil precisa agir — e rápido. Segundo o Ministério da

Previdência Social, ainda que o número pareça baixo (84 casos de janeiro a abril deste ano), os pedidos de auxílio-doença concedidos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) por ludopatia cresceram 2.300% entre 2023 e 2025. Paralelamente, inexistem protocolos clínicos específicos sobre o transtorno no Sistema Único de Saúde (SUS), nos Centros de Atenção Psicossocial (Caps) e na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).

O problema torna-se ainda mais delicado porque as bets estão por toda parte, com investimento altíssimo em marketing e publicidade. De junho de 2024 a junho deste ano, rastreamento do Ibope Repucom aponta que os sites de apostas destinaram R\$ 1,1 bilhão em patrocínios, verbas para influencers e financiamento de programas esportivos. Portanto, fica cada vez mais difícil o cidadão escapar da sedução dos jogos on-line.

Diante do avanço das apostas e seus impactos crescentes na sociedade, há uma série de medidas regulatórias que podem ser consideradas: restrições a propagandas e patrocínios em eventos de grande visibilidade, limites de tempo e valor por usuário nas plataformas, mecanismos de autoexclusão, monitoramento de comportamentos de risco e verificação de idade obrigatória.

No entanto, embora a regulamentação seja crucial para mitigar a exposição e o incentivo ao jogo, milhões de brasileiros já foram afetados pela compulsão. Por isso, é fundamental que a sociedade se mobilize e exija, com urgência, uma resposta concreta do Executivo e do Legislativo para o sistema de saúde. O Brasil tem a oportunidade de adotar medidas, como algumas citadas acima, não apenas para aliviar o sofrimento de quem já foi impactado, mas também para prevenir o surgimento de novos casos de dependência. Essa é uma política pública possível — e urgente.

Na passagem bíblica sobre a partilha das vestes de Jesus, os soldados romanos “lançaram sortes” para decidir quem ficaria com a túnica dele. Segundo a mitologia grega, a divisão dos céus, dos mares e do submundo foi definida através de sorteio entre os deuses Zeus, Poseidon e Hades. Apostar em gladiadores era prática comum na Roma antiga, assim como em atletas, nas primeiras Olimpíadas, na Grécia. Os jogos de azar, portanto, são milenares e sempre acompanharam a humanidade. Uma prática que, até então, era esporádica, hoje alcançou a palma da mão, com efeitos nocivos sobre a economia e a saúde das pessoas.

As apostas on-line têm movimentado valores exorbitantes no Brasil. De acordo com o Banco Central (BC), no primeiro trimestre deste ano o volume mensal de gastos variou entre R\$ 20 bilhões e R\$ 30 bi. Esses valores são mais do que o dobro do gasto de 2024, que registrou média mensal de R\$ 10 bi, totalizando R\$ 120 bi no ano, ainda segundo o BC. Caso o atual ritmo se mantenha, as chamadas bets poderão movimentar este ano aproximadamente R\$ 250 bi. Para efeito de comparação, o valor é superior ao orçamento destinado para o Ministério da Saúde em 2025, de R\$ 245 bi.

Pesquisa DataSenado indica que 22,1 milhões de brasileiros são usuários dos sites de